



IGREJA, ESTADO E EDUCAÇÃO NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS: O DEBATE SOBRE ENSINO RELIGIOSO NA REVISTA *HIERARCHIA*

■ SONIA DE CASTRO LOPES ¹

RESUMO: ESTE ARTIGO BUSCA ANALISAR O DEBATE SOBRE A INSERÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PAÍS POR MEIO DE ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA DE ESTUDOS POLÍTICOS *HIERARCHIA*, EDITADA NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1931 E 1932, SOB A DIREÇÃO DE LOURIVAL FONTES, CHEFE DE GABINETE DO INTERVENTOR PEDRO ERNESTO. POUCO DEPOIS, FONTES SERIA O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP), ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA CENSURA DURANTE O ESTADO NOVO. CHAMA-SE A ATENÇÃO PARA A REPERCUSSÃO DESSE ACONTECIMENTO EM UMA REVISTA DE CUNHO AUTORITÁRIO NA QUAL SE ABRIU ESPAÇO PARA A DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO, POUCO MAIS TARDE CONTEMPLADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1934, AINDA QUE DE FORMA FACULTATIVA.

PALAVRAS-CHAVE: ENSINO RELIGIOSO. PRIMEIRO GOVERNO VARGAS. REVISTA *HIERARCHIA*.

1. INTRODUÇÃO

A instabilidade gerada pelo movimento revolucionário de 1930 transformou a Igreja Católica numa força social absolutamente indispensável para legitimar o regime político que então se estabelecia no Brasil. Nesse contexto, o Cardeal D. Sebastião Leme, com grande habilidade, conduziu a Igreja à reintegração com o Estado durante os quinze anos em que permaneceu como cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro e que coincidiram com o regime do presidente Getúlio Vargas (1930-1945).

O presente trabalho propõe-se a analisar a proposta de inserção do ensino religioso nas escolas da rede pública do país, através de artigos publicados na Revista de Estudos Políticos *Hierarquia*, editada no Rio de Janeiro entre 1931 e 1932, sob a direção de Lourival Fontes, chefe de gabinete do interventor do Distrito Federal, Pedro Ernesto, e que mais tarde seria conhecido por dirigir o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão repressor responsável pela censura no período do Estado Novo.

A interseção entre os campos político e educacional configura-se pelo estabelecimento de uma rede de sociabilidade e interesses representada, de um lado, pelos educadores aglutinados em torno do *movimento renovador* – os Pioneiros da Educação Nova – e, de outro, pelos *educadores católicos*, representantes da intelectualidade que defendiam os interesses da Igreja.

Através desse artigo procura-se demonstrar que, nesse momento, os campos político e educacional encontravam-se imbricados, revelando a presença de projetos distintos para a sociedade e para a nação brasileira. Nossa argumentação baseia-se na acolhida e na repercussão daqueles acontecimentos não apenas na imprensa informativa de um modo geral, mas num impresso especializado - uma revista de estudos políticos com características marcadamente autoritárias, como a *Hierarchia*, na qual se abriu espaço para o debate acirrado em torno da questão do ensino religioso, pouco mais tarde contemplado pela Constituição de 1934.

2. POLÍTICA, IGREJA E EDUCAÇÃO: CAMPOS QUE SE ENTRECruzAM

O período entreguerras (1919-1939) caracterizou-se fundamentalmente pela crise das instituições políticas e dos valores da sociedade liberal do século XIX. Resolver essa crise significava buscar, fora do contexto liberal, novas alternativas para atender aos anseios da sociedade de massas emergente. No Brasil, o regime

implantado com o movimento de 1930 pode ser considerado o ponto de partida de uma nova fase na história republicana, na medida em que pretende formar um Estado apoiado nas massas populares e nos setores sociais mais ligados à industrialização. Ainda que se minimize o caráter revolucionário desse movimento, considerando o episódio como uma acomodação de interesses (FAUSTO, 1972), essa acomodação certamente não se caracteriza por um retorno ao passado². Voltada para interesses regionais, a democracia liberal da primeira república não havia conseguido integrar a nação e pouco se preocupava com o descontentamento de segmentos sociais menos favorecidos, sobretudo o proletariado, que cresceu consideravelmente após a primeira guerra. A questão social vista como “caso de polícia” precisava ser reexaminada, tornando-se urgente a incorporação das massas ao conjunto da nação. Era preciso, portanto, construir um Estado que refletisse o *consenso nacional* e todos os esforços empreendidos no sentido de viabilizar essa centralização possuíam certamente um caráter autoritário, expresso no desejo de manter sob controle o movimento dos trabalhadores e de eliminar as lutas de classes, pregando a “harmonia social”.

Para Ludwig Lauerhass (1986), o nacionalismo foi a ideia-chave que guiou a transição da sociedade tradicional para a moderna no Brasil. Em seu trabalho, o autor demonstra que só a partir de 1930 o nacionalismo deixou de ser questão de interesse apenas para os intelectuais, constituindo uma questão política assumida pelo Estado. Esse nacionalismo que contagiou os

intelectuais brasileiros das décadas de 1920-30 fez com que eles se dedicassem vigorosamente à solução dos problemas nacionais, através de obras nas quais predominavam as análises sociais e políticas, buscando esclarecer certos aspectos do passado brasileiro para explicar as condições do presente. Havia entre esses intelectuais uma variedade de inclinações ideológicas que iam da social-democracia ao fascismo, porém todos aqueles novos pensadores expressavam, de maneira acentuada, o imperativo revolucionário que se fazia sentir no começo da década de 1930. Segundo a análise de Daniel Pécaut (1990), os planos cultural e político apresentavam-se indissociáveis nesse momento e essa nova geração de intelectuais não só descobriu como tornou pública a sua vocação nacional, marcando o lugar que poderia ocupar dentro da nação como elite dirigente.

Foi também na década de 1920 que floresceu no Brasil a nova postura adotada pela Igreja católica – o modelo da neocrisandade – atingindo seu apogeu entre 1930 e 1945, período em que Vargas ocupou a presidência. Através desse modelo, a Igreja permanecia politicamente conservadora, pregando a hierarquia e a ordem, objetivando uma influência sobre o sistema educacional e a imposição de uma moralidade católica capaz de afastar os perigos do comunismo e os avanços do protestantismo. O papa Pio XI buscou aliança com o Estado para defender os interesses da Igreja e apoiou o Cardeal D. Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, em seus esforços para promover uma restauração católica no Brasil (MAINWARING, 1989).

Uma das mais influentes gerações de líderes leigos católicos da história da América Latina surgiu nos anos 1920 em torno da revista *A Ordem* e do *Centro Dom Vital*, criado em 1922 por Jackson Figueiredo, colaborador íntimo do Cardeal Leme. Esses dois órgãos tinham por finalidade congregar o núcleo de intelectuais leigos que passariam a atuar como porta-vozes dos interesses da Igreja e acabariam assumindo uma série de funções, como por exemplo, a organização de retiros para intelectuais, a fundação da *Ação Universitária Católica* (1929), que mobilizava estudantes das grandes cidades e o *Instituto Católico de Estudos Superiores*, embrião da futura Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em relação à educação, nas décadas de 1920-30, o aumento significativo das massas urbanas e suas aspirações de ascensão social provocaram uma demanda escolar sem precedentes, obrigando os políticos a repensarem a educação popular. No campo ideológico, o modelo pedagógico da *Escola Nova* vinha ao encontro dessa demanda, servindo de inspiração a uma série de reformas de ensino, sobretudo no Distrito Federal, capital da República e referencial para todo o país (NAGLE, 2001). Embora aquele movimento não possuísse um projeto único e definido, estruturava-se em torno de algumas premissas fundamentais: a escola pública, universal e gratuita, cabendo ao setor público e não a grupos particulares realizar essa tarefa. Assim, de alguma forma, suas reivindicações aproximaram-se das diretrizes das políticas públicas em educação que o Estado brasileiro adotaria a partir de 1930, pois era preciso estender a educação às camadas populares

para qualificar a mão de obra necessária ao projeto nacionalista que começava a se esboçar.

De certo modo, a política educacional implementada pelo governo apropriou-se da proposta dos *renovadores* nos aspectos que politicamente lhe interessavam, pois a defesa de um ensino público que supostamente contemplasse a todos fazia parte do projeto governamental para a inclusão das camadas populares, ainda que fosse para melhor controlá-las. Quanto à laicização do ensino, outra bandeira dos escolanovistas, o Estado tentou articular-se às pressões da Igreja, amoldando-se às suas exigências, como veremos adiante.

Assim, a marca da modernidade política expressa pelo movimento de 1930 articulava-se à marca da modernidade pedagógica – a era das grandes reformas de ensino – intencionalmente pouco identificadas com as lutas partidárias travadas naquele momento, mas nem por isso menos políticas. Os principais agentes dessa modernidade pedagógica movimentavam-se estrategicamente nesse campo político³, tentando ampliar seu espaço junto ao governo e imprimir a marca de sua obra na história da educação brasileira. Eram tempos de alianças, de compromissos, de unidade e cooperação na esfera política, e o Rio de Janeiro, cabeça da nação, vitrine do Brasil, apresentava-se como o cenário ideal para essas coalizões.

Os intelectuais católicos também buscavam encontrar brechas no novo regime. Afinidades não faltavam, tendo em vista a ênfase dada pela Igreja à ordem, ao nacionalismo e ao espírito anticomunista que coincidiam com a

orientação do regime varguista. Francisco Campos, ministro da Educação, se encarregaria de estabelecer a articulação entre os campos político e religioso, acreditando que, para a consolidação do governo provisório, fazia-se necessário o apoio da Igreja Católica, através de uma ideologia que lhe desse substância e conteúdo moral (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 1984). A ideia de um pacto com a igreja seria materializada através de carta enviada ao presidente Vargas em abril de 1931, acompanhando a proposta de introdução do ensino religioso nas escolas públicas de todo o país.

(...) Assinando o decreto, terá V. Excia, praticado talvez o ato de maior alcance político do seu governo, sem contar com os benefícios que de sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira (...). Pode estar certo de que a Igreja Católica saberá agradecer a V. Excia. Esse ato, que não representa para ninguém limitação à liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciência e de crenças religiosas.⁴

Cerca de um mês depois seria promulgado o decreto que inseria o ensino religioso no currículo das escolas públicas, abolido formalmente desde a Constituição de 1891.

3. O debate sobre o ensino religioso na revista *hierarchia*

A revista de Estudos Políticos *Hierarchia*, periódico com publicação bimensal, circulou no Rio de Janeiro entre agosto de 1931 e abril do ano seguinte. Propunha-se a analisar e debater os principais problemas políticos nacionais e internacionais, abrindo espaço tanto para pensadores de formação autoritária, como para alguns de pensamento mais liberal. Contudo, pelo teor de suas matérias, somos inclinados a supor que a revista, visando a atrair um público elitizado, assumia, na maioria das vezes, um caráter quase doutrinário.

Todos os números examinados⁵ apresentam a mesma estrutura: a primeira parte da revista dedica-se a temas nacionais que se destacaram pela atualidade – a seção de *Artigos Especiais*; a segunda destina-se a discutir as questões políticas internacionais – *O mês internacional*; e a terceira – *Revista dos Livros* – busca comentar criticamente os últimos lançamentos na área política. Algumas evidências, como uma das seções destacadas no primeiro número da revista sob o título *As Interpretações do Fascismo*, bem como a recorrência ao tema em todos os números examinados, sugerem uma aproximação com a revista fascista *Jerarcchia*, editada em Milão. Havia mesmo quem acusasse, na época, o governo italiano de subvencionar o periódico brasileiro, não se comprovando, porém, tal hipótese.⁶

Seu diretor, Lourival Fontes, era ainda um nome de pouca expressão no Rio de Janeiro. Oriundo do estado de Sergipe, chegara à capital federal no período de efervescência intelectual que marcou a década de 1920. Pouco tempo depois ocuparia um papel de destaque junto ao governo Vargas por ser o mentor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934), órgão que deu origem ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do qual foi diretor geral entre 1939 e 1942. A criação do DIP, como se sabe, tinha como objetivo primordial legitimar o Estado Novo, censurando todas as informações que não conviessem ao regime (LOPES, 1999).

O Rio de Janeiro era a grande *meca* para onde se dirigiam, preferencialmente, os homens letrados do nordeste, muito mais que os dos sul. O “Império das letras é setentrional”, como nos lembra a historiadora Ângela de Castro Gomes (1996, p. 44) e assim, tendo ou não origem aristocrática, os intelectuais são homens ligados ao jornalismo, uma vez que a profissão ampliava contatos, representando uma forma de ingresso no mundo político e social. Num país onde a publicação de livros ainda era difícil, o jornalismo ajudava a formar a opinião pública e revelava-se uma estratégia eficaz para qualquer um que tivesse aspirações a uma ascensão intelectual e talvez, política.

Um dos contatos mais promissores de Fontes no Rio de Janeiro era justamente o seu conterrâneo Jackson de Figueiredo, figura de prestígio no movimento intelectual da Igreja Católica. A amizade dos dois remontava à época do *Atheneu Sergipano*, onde Lourival fora colega

de Jackson e aluno destacado de seu pai, o professor Luiz de Figueiredo. Através do amigo, aproximou-se do Cardeal Leme e converteu-se ao catolicismo, abandonando o “ateísmo materialista que marcara sua juventude”⁷

Nesse contexto inicia-se a trajetória que levaria Lourival Fontes a desembocar na política. No momento em que se “converteu ao catolicismo”, passou também a apoiar a Aliança Liberal em favor da candidatura de Vargas à presidência da República. A vitória dos revolucionários propiciou a entrada de Fontes na vida pública. Em 1931, Fontes tornou-se chefe de gabinete do interventor Pedro Ernesto, estrategicamente colocado por Vargas no Distrito Federal para articular as alianças políticas com as velhas oligarquias cariocas que, à primeira vista, mostraram-se insensíveis aos propósitos da Aliança Liberal.

No momento em que lança a revista *Hierarchia*, Lourival já se achava, portanto, inserido nos meios políticos da capital federal, possivelmente favorecido pelos contatos que passou a manter com a intelectualidade ligada à Igreja. Em função de seu trabalho junto ao interventor, tomou contato com a realidade de uma cidade que possuía serviços deficientes de saúde e educação, sobretudo nos subúrbios e zona rural. Percebendo a necessidade de atender a essas demandas, a atuação político-administrativa de Pedro Ernesto irá enfrentar, prioritariamente, esses dois problemas, procurando elevar o padrão de vida das camadas populares, integrando-as nas relações econômicas modernas caracterizadas por

uma nova ordem urbana e industrial (SARMENTO, 2001).

À frente da Instrução Pública, o interventor contava com a colaboração do educador baiano Anísio Teixeira, partidário do movimento da Escola Nova e que viria suceder Fernando de Azevedo, responsável pela grande reforma educacional empreendida no Distrito Federal entre 1928 e 1930. Identificando-se com a vertente norte-americana da Escola Nova, encampando os princípios da liberdade de pensamento e expressão, respeito e incentivo aos talentos individuais, Anísio compreendia a educação como o instrumento mais perfeito para promover mudanças visando a inserir o país nos padrões da modernização econômica e social já atingida pelos países industrializados.⁸

Em um dos números da revista *Hierarchia*, o educador chega a expor com clareza suas ideias sobre as relações entre o desenvolvimento industrial e a necessidade da educação democrática (TEIXEIRA, 1932). Em outro, prega a necessidade da *descentralização* do sistema educacional, argumentando em favor do respeito às particularidades locais e do reconhecimento das iniciativas individuais e regionais, pois, em seu entender, a fórmula para a solução dos problemas educacionais brasileiros deveria ser a “unidade dentro da diversidade” (TEIXEIRA, 1931, p. 7).

Como era previsível, suas ideias entraram em rota de colisão com o projeto educacional que o Ministério da Educação preparava para o país, projeto que, sem dúvida, contou com o apoio irrestrito da Igreja. Apesar de esse espaço ser concedido a elementos identificados com a

ideologia liberal, a linha editorial da revista atraía colaboradores defensores de ideias reconhecidamente autoritárias, como Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Plínio Salgado, San Thiago Dantas e o próprio diretor, Lourival Fontes, responsáveis pelas matérias de teor político.

A Igreja também se fazia representar de forma recorrente através do padre Leonel Franca e as matérias sobre educação refletiam questões relevantes à época, como prescrições para inserir a educação *higiênica* e *eugênica* nas escolas, considerações a respeito da educação da mulher “diante do novo ritmo da civilização”, além das últimas medidas implementadas pelo ministro Francisco Campos, como foi o caso do ensino religioso, assunto polêmico na época.

No primeiro número da *Hierarchia* (agosto/1931), na seção dos *Artigos Especiais*, tem lugar um acalorado debate sobre o recente decreto do governo provisório que facultava o ensino religioso (leia-se católico) às escolas públicas de ensino primário, secundário e normal em todo o território nacional. Tentando imprimir à matéria um tom imparcial, a revista publica três opiniões acerca do referido decreto, sendo duas contrárias ao mesmo.

Em *O ensino religioso em face do livre pensamento*, o historiador Sérgio Buarque de Holanda analisa e estranha o compromisso firmado entre a Igreja, instituição reconhecidamente antiliberal, e um Estado que “continua a fazer profissão de liberal”, lembrando ainda que não foi do ensino leigo que “surgiram os maiores responsáveis pela incredulidade e pela desordem

social dessa época”. Reconhece que o decreto favorece os católicos e que esse favor é intencional, afirmando não existir dúvida de que foi preparado “com a necessária habilidade para fazer parecer impertinentes todas as possíveis reclamações dos adversários da Igreja”. E conclui:

Quando os políticos procuram aproximar-se do catolicismo é de prever, quase sempre, que pretendem abandonar os princípios que o catolicismo condene. A Igreja Católica sempre foi a aliada predileta dos ideólogos antiliberais. Há mais de um século ela vem protestando contra a liberdade de pensamento, a liberdade de imprensa e contra o sufrágio universal. (HOLANDA, 1931, p. 7).

O pensador católico Alceu Amoroso Lima, já no final dos anos 1940, tentaria justificar essa tendência antiliberal da Igreja a partir dos conceitos de *autoridade* e *tradição*, em sua opinião, dois princípios essenciais à vida. “É a autoridade da Igreja que nos faz crer nos seus dogmas, como verdades objetivas e não apenas como definições arbitrárias (...). O catolicismo é uma religião de autoridade.” Em sua opinião, essa autoridade como base da fé conduziria a uma visão errônea da Igreja, entendendo-a como uma instituição empenhada em defender o

autoritarismo manifestado em outros campos não religiosos (LIMA, 1948 *apud* HORTA, 1994, p. 127).

Em outro artigo, o pastor evangélico Reverendo Galdino Moreira defende a ideia de que um estado leigo não é necessariamente ateu, não é contra Deus nem contra a fé. É de sua alçada, portanto, dar às religiões ampla liberdade de exercerem seus cultos no país, sem o menor constrangimento. Entretanto, “o ensino religioso sob os cuidados do governo é que se torna ‘aberrante’, porque confere a uma entidade detentora do poder temporal um poder espiritual, que deveria ser um problema de consciência e livre escolha dos cidadãos” (MOREIRA, 1931, p. 9). Invocava assim o advento do regime republicano, que rompendo com o regime do padroado presente no império, introduziu o ensino leigo nas escolas públicas com o objetivo de garantir a plena separação entre a Igreja e o Estado, preconizada pela Constituição de 1891. Para reestruturar-se diante das perdas no campo educacional, a Igreja procurou voltar-se para o ensino dos filhos da elite, através da implantação de uma rede de estabelecimentos de ensino secundário em todo o país, garantindo o ingresso no curso superior para sua clientela.

Contraopondo-se a essas opiniões, o padre Leonel Franca defende com veemência a nova legislação, argumentando que a educação das crianças e jovens não deve ser “coisa puramente temporal, algo semelhante à fabricação de tecidos ou refinação de açúcar”, pois se existe um domínio em que o espiritual pode reivindicar o direito de uma ação profunda e contínua, é exatamente o

campo da educação. Trata-se, diz ele, de “formar homens, moldar consciências, preparar cidadãos para a vida, habilitá-los à realização perfeita da superioridade de seus destinos.” E arremata: “Ou a educação é isto ou não há educação” (FRANCA, 1931, p. 10).

Na segunda parte da revista - *O mês internacional* - encontramos um artigo de autoria do próprio Lourival Fontes sobre ensino religioso que nos dá a dimensão do perfil doutrinário da revista. Trata-se de uma matéria na qual o autor transcreve parte de um discurso de Mussolini, onde este reivindica os direitos do Estado e da Igreja sobre a educação e a instrução, do qual reproduziremos um breve trecho.

A família moderna, abatida pelas necessidades da vida econômica, não pode instruir ninguém. Só o Estado pode distribuir a instrução religiosa, ministrando-a com as outras disciplinas. Por outro lado, a Igreja não podia renunciar aos direitos sobre a educação e formação da juventude. Porém, nesse terreno, a Igreja e o Fascismo acabam se entendendo: o Estado italiano permite que a educação religiosa seja distribuída nas escolas, segundo programas a estabelecer de acordo com a Santa Sé. (FONTES, 1931, p. 12).

Nesse mesmo artigo, Fontes lembra que a união inicial entre a Santa Sé e o Estado Fascista esteve a ponto de ser rompida várias vezes, sendo que as primeiras divergências surgiram logo após a assinatura do Tratado de Latrão (1929). Entretanto, o próprio autor recomenda moderação para a resolução desse conflito, conforme se depreende da citação a seguir:

Nessa hora de apreensão devemos recordar as palavras de esperança pronunciadas pelo Sumo Pontífice em relação a Mussolini por ocasião da assinatura da concordata, assim como as palavras elogiosas de Mussolini para o papa: 'A Roma eterna da Cristandade e a Roma imperial redimida e ressurgida pelo Fascismo perseguem o mesmo fim: o primado das conquistas e dos direitos do espírito sobre as forças de negação e de destruição que avassalam o mundo na hora presente'. (idem, ibidem).

Apelando para o exemplo italiano, afirma que a legitimidade da união de interesses entre Estado e Igreja aconteceria, obviamente, pela via educacional. Naquele país, o sistema escolar tornou-se útil para instilar a ideologia fascista nas jovens gerações, através da obra "saneadora" do ministro Del Vecchi (1925), seja pela adoção de um livro texto único para as classes elementares,

seja pela extensão do ensino religioso ao curso secundário, uma vez que nas escolas primárias já se tornara obrigatório desde a reforma educacional implementada por Giovanni Gentile em 1923. No âmbito da educação extraescolar, o fascismo atuaria de forma ainda mais consistente pela ação de associações como a *Opera Nacional Balilla*, criada em 1928 com o objetivo de moldar a juventude aos ideais do regime através de festas, competições, reuniões de propaganda e paradas paramilitares, nas quais se exaltavam os princípios caros ao regime através da disciplinarização do corpo social.

No Brasil, tornava-se necessário atenuar a reação dos católicos ao movimento de 1930, pois as ideias "perigosas", associadas ao liberalismo e ao positivismo, através da crença no poder da técnica e da ciência para a organização da sociedade eram vistas com receio por intelectuais ligados à Igreja, entre eles Alceu Amoroso Lima, sucessor de Jackson de Figueiredo na direção do Centro D. Vital, após a morte prematura deste último. Para o governo *revolucionário* esse pacto com a igreja tornava-se imprescindível, até porque haveria uma contrapartida, pois da mesma forma que as autoridades eclesiásticas se dispuseram a apoiar as oligarquias na década de 1920 para recuperar o poder político que haviam desfrutado até a queda do império, elas preferem adotar atitudes semelhantes em relação ao novo regime, em troca do apoio oficial à criação de novas instituições no campo da educação e da cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____

Historicamente, a Igreja Católica sempre buscou tirar partido da aliança com o Estado, ajustando-se à realidade político-institucional, disposta até mesmo a legitimar regimes de exceção. Com esse objetivo, desenvolveu estratégias de controle e persuasão, seja pela oportunidade conferida a intelectuais que, se aproximando de seus quadros, conseguem alcançar cargos públicos de destaque, seja pela sensibilização da opinião pública, sobretudo das camadas populares, mais receptivas ao apelo dos ritos e dogmas que caracterizam suas práticas religiosas, como observou Alcir Lenharo (1986).

A partir de meados da década de 1930, seguindo a tendência do governo Vargas em direção a um autoritarismo crescente, a Igreja brasileira dedicou-se a combater o comunismo, condenando a luta de classes por dividir os homens “sob o signo do ódio, da violência e da morte.”⁹ Nos primeiros anos do Estado Novo – pelo menos até 1942 – não deixará de fazer declarações de apoio e manifestar concordância com o novo regime. A Carta Constitucional outorgada em 1937 mantém no currículo escolar o ensino religioso, ainda que com menor relevo, pois enquanto a Constituição de 1934 tornava obrigatória a inclusão deste ensino dentro do horário escolar, mantendo facultativa a frequência,

na Constituição de 1937 era a própria inclusão do ensino religioso no horário que se tornava facultativa.

Com receio de perder privilégios no campo educacional, como sugere Baía Horta (1994), a Igreja se fará representar no processo de elaboração das leis orgânicas de ensino, encetado pelo ministro Gustavo Capanema entre 1938 e 1942, participando ativamente de Conselhos e Comissões do Ministério da Educação, conseguindo muitas vezes reverter situações desfavoráveis pela influência pessoal de seus representantes junto ao ministério. Caso típico dessa influência foi o desmantelamento da obra educacional que vinha se desenvolvendo no Distrito Federal com Anísio Teixeira e cuja repercussão atingiu o próprio prefeito Pedro Ernesto.

Devido à sua consonância com o projeto autoritário varguista, a Igreja conservou nesse período o domínio do sistema educacional e seu *status* de instituição privilegiada dentro da sociedade. Entretanto, no período final do Estado Novo, manifestou tendências favoráveis ao regime democrático que se avizinha, engajando a Liga Eleitoral Católica na campanha política da União Democrática Nacional (UDN), partido adversário de Vargas.

NOTAS

¹ Doutora em Educação Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio) com pós-doutoramento em História da Educação da Universidade de Lisboa (Portugal). Professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes/FE/UFRJ)

² Segundo o historiador Boris FAUSTO (1972), o movimento de 1930 pode ser interpretado como fruto de uma aliança transitória entre as oligarquias desvinculadas do café, os tenentes e o Partido Democrático, cujo inconformismo correspondia ao descontentamento, no plano interno, contra o núcleo cafeeiro. A recomposição da classe dominante aconteceria depois de 1930, pela mediação de um Estado que, aos poucos, liquidaria os “excessos revolucionários.”

³ O conceito de *campo político* aqui utilizado fundamenta-se nas reflexões de BOURDIEU (2000, p. 164) – “o lugar em que se geram,

na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores', devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção."

⁴ Carta de Francisco Campos a Vargas, 18 de abril de 1931. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC / FGV. GV 31.04.18/1. *Apud* SCHARTZMAN et al, 1984, p. 45.

⁵ Foram publicados apenas cinco volumes da revista HIERARCHIA: n. 1 (ago. 1931), n. 2 (out.1931), n. 3 (dez.1931), n. 4 (jan-fev/1932) e o último número em mar-abr.1932.

⁶ No 5º número da revista (mar.-abr. 1932) há uma foto de Mussolini que ocupa uma página inteira. Sob a foto, a dedicatória: *A Revista Hierarchia*, Roma, 21 novembro de 1931, assinada pelo próprio ditador.

⁷ Depoimento de Lourival Fontes à revista *Senhor (s/ d)*. *Apud* BELLOCH e ABREU, 1984, p. 1309.

⁸ TEIXEIRA, A. "A interpretação da história contemporânea através da observação do progresso material". Arquivo Anísio Teixeira. CPDOC / FGV. AT pi 31/35.00.00/6.

⁹ *Manifesto do Episcopado Brasileiro sobre a Ação Social*. *Apud* MAINWARING, *op. cit.* p. 59.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOCH, Israel; ABREU, Alzira (Coords.) *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, CPDOC/FGV, Finep, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930*. História e Historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FONTES, Lourival. O conflito entre a Itália e o Vaticano. *HIERARCHIA*, Rio de Janeiro, ano I, v.1. 1. p. 12-16, ago/1931.

FRANCA, Leonel. Aspecto social e pedagógico do ensino religioso. *HIERARCHIA*, Rio de Janeiro, ano I, vol. 1, p. 10-11, ago/1931.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O ensino religioso em face do livre pensamento. *HIERARCHIA*, Rio de Janeiro, ano I, vol. 1, p. 7- 8, ago / 1931.

HORTA, José S. Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia*. Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-45). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LAUERHASS, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo no Brasil*. São Paulo: Itatiaia / EDUSP, 1986.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986.

LOPES, Sonia de Castro. *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Litteris, 1999.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOREIRA, Galdino. *O ensino religioso nas escolas públicas*. *HIERARCHIA*, Rio de Janeiro, ano I, vol. 1, p. 9, Ago/1931.

MOTTA, Marly. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

TEIXEIRA, A. As bases da unificação do ensino. *HIERARCHIA*, Rio de Janeiro, ano I, v. 2, p.7, out. 1931.

_____. Democracia e industrialismo. *HIERARCHIA*, Rio de Janeiro, ano I, v. 5, p. 13-14, mar./abr. 1932.

THE CHURCH, THE STATE AND EDUCATION AT VARGAS' FIRST ADMINISTRATION: THE DEBATE ABOUT RELIGIOUS TEACHING PROMOTED

BY THE JOURNAL *HIERARCHIA*

ABSTRACT: THIS ARTICLE AIMS TO INVESTIGATE THE DEBATE ABOUT RELIGIOUS TEACHING IN BRAZIL'S STATE SCHOOLS BY ASSESSING ARTICLES PUBLISHED BY THE POLITICAL STUDIES JOURNAL ENTITLED *HIERARCHIA*, WHICH WAS PUBLISHED IN RIO DE JANEIRO BETWEEN 1931-32. THE JOURNAL WAS EDITED BY LOURIVAL FONTES, SECRETARY OF THE EDUCATION OFFICE INSPECTOR PEDRO

ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, N. 30, P.94-105, JUL./DEZ. DE 2011
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>

ERNESTO, AND WHO WOULD BE LATER APPOINTED DIRECTOR-GENERAL OF THE PRESS AND PROPAGANDA DEPARTMENT (DIP, IN PORTUGUESE), THE GOVERNMENT ORGAN RESPONSIBLE FOR CENSORSHIP DURING THE NEW STATE. THE ARTICLE ALSO HIGHLIGHTS THE REPERCUSSIONS OF THIS DEBATE CARRIED OUT BY AN AUTHORITATIVE-ORIENTED JOURNAL THAT LED TO THE ESTABLISHMENT OF RELIGIOUS TEACHING IN THE BRAZILIAN 1934 CONSTITUTION.

KEYWORDS: RELIGIOUS TEACHING. VARGAS'S FIRST ADMINISTRATION. JOURNAL *HIERARCHIA*.